

Crise econômica, porém não militar

Economic crisis, not military

VIRGÍLIO ARRAES*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 6 a 7]

Nos Estados Unidos, o setor financeiro e o imobiliário não resistiram aos quase oito anos de administração de George Bush. No entanto, há um segmento destoante do pessimismo alastrante na sociedade estadunidense, o bélico, em virtude de as duas guerras em andamento proporcionarem-lhe, entre outros motivos, um local permanente de exposição para demonstrar a eficiência dos equipamentos de última geração.

Nenhum dos dois principais candidatos opõe-se de maneira veemente ao crescimento – ou ao inchaço – de verbas para a área bélica – a exceção é o Senador Joseph Biden, segundo nome da chapa democrata. Além do mais, os contratos com outros países reforçam os vínculos diplomáticos em decorrência da transferência paulatina de maquinário e notadamente de tecnologia – a questão do Irã adverso, detentor de engenhos militares sofisticados em 1980, obrigou a Casa Branca a ser mais cuidadosa na disponibilidade imediata de conhecimento.

O Oriente Médio é, sem hesitação, a região mais entrelaçada militarmente com os Estados Unidos – no caso iraquiano, o governo, sob supervisão constante, não chega a dispor de condições para adquirir, de forma autônoma, artefatos juntos a outros países, mesmo se membros da Coligação da Vontade.

No presente ano, estima-se que as vendas de armas de procedência norte-americana cheguem a 35 bilhões de dólares, o que é bem superior aos dois precedentes – 23 e 21 bilhões respectivamente. A par do combalido Iraque que, teoricamente, ao armarse diminuiria a dependência política de Washington, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Coveite e Paquistão são regulares compradores substanciais.

Diante da extensão duração dos conflitos contemporâneos, os principais fabricantes de armas trabalham com a perspectiva de que se está diante de uma 'era de enfrentamentos duradouros', com reflexos importantes na elaboração dos orçamentos de todas as potências.

Assim, as forças armadas euro-atlânticas teriam de adaptar-se à presente ambientação sem delongas. No caso norte-americano, o reajuste na rubrica de defesa ultrapassou, se comparado a 2001, a barreira de 70% – de pouco mais de 300 bilhões de dólares para mais de 500 bilhões para 2009, sem contar as despesas lançadas em outros entes administrativos. A datar da segunda metade da década de 70, o ano fiscal nos Estados Unidos inicia-se no dia 1º de outubro.

No segundo semestre de 2004, o Pentágono anunciou o remodelamento operacional das forças armadas. Relembre-se que o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, havia sido forte defensor, a partir de sua posse no governo Bush, de uma séria reforma administrativa, sem limitar-se, contudo, à esfera militar ou ao plano interno, ao projetar estendê-la para a Organização das Nações Unidas (ONU). O seu exemplo maior havia sido a efetivada entre 1947 e 1949 no mandato de Harry Truman, sob coordenação do ex-Presidente Herbert Hoover (1929-33), com o objetivo de preparar o país para um novo quadro, o da dicotomia bipolar.

Nesse sentido, o projeto atual foi alcinado de Revisão do Posicionamento Global: em vez de duas confrontações simultâneas, o país deveria habilitar-se para quatro e desenvolver uma capacidade de intervenção ainda mais rápida. A primeira região

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

a receber tropas seria a África com as chamadas Localidades de Segurança Cooperativa.

A ampla reformulação administrativa contemplaria o estabelecimento de bases menores em locais próximos de zonas de turbulência, com a desativação gradativa dos tradicionais postos em países como a Alemanha, onde a infra-estrutura para os recrutados é completa, o que acarreta gastos considerados excessivos.

Contudo, as forças disponibilizadas não seriam meramente bélicas, porém atuariam no auxílio de pesquisas científicas, da implementação de infra-estrutura e de auxílio humanitário como no caso de desastres naturais – atualmente, 1/5 das verbas norte-americanas de ajuda externa pertencem ao Pentágono. A contrapartida seria a concessão de imunidade para os contingentes, de direitos portuários e da autorização para a utilização do espaço aéreo.

Diante do hercúleo desafio de transformação, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) poderia ser incorporada às novéis incursões, ao tornar-se definitivamente uma força-tarefa com desenvoltura para ações além de suas fronteiras. Embora o plano tenha falhado na primeira execução, o Afeganistão, a intenção persiste.

Ante o exposto, o que se deve refletir é se a reformulação operacional destinar-se-ia de fato a conter o terrorismo ou a facilitar o acesso a fontes

energéticas, principalmente petróleo. A recente preocupação com a África, por exemplo, pode ter sido acentuada a partir do momento em que a China, classificada desde a gestão Clinton como o maior adversário potencial, intensificou a sua presença lá.

Adicione-se que a reforma do modus operandi já permitiu a vários regimes autoritários periféricos, à guisa de combate ao terrorismo após o 11 de setembro de 2001, reiterar os laços políticos com Washington, sem a necessidade de muito respeito pela existência de agremiações partidárias opositoras – Paquistão e Geórgia são dois exemplos.

Recebido em 03/10/2008
Aprovado em 09/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, crise econômica, forças armadas

Key words: United States, financial crisis, armed forces

Resumo: o artigo trata da política militar dos Estados Unidos. Nesse sentido, a crise econômica não parece afetar os níveis de investimento no setor.

Abstract: the article deals with the military policy of the United States. The economic crisis does not seem to affect the investment indicators in the sector.

